

RECURSO ESPECIAL nº 1529037 - SC (2015/0094006-0)

RELATOR : MIN. GURGEL DE FARIA

RECORRENTE : SILVA DISTRIBUIDORA DE PECAS EIRELI
ADVOGADOS : DOUGLAS MARCONDES BARROS - SP201204
: KELLY GERBIANY MARTARELLO E OUTRO(S) - PR028611
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : SILVA DISTRIBUIDORA DE PECAS EIRELI
ADVOGADO : KELLY GERBIANY MARTARELLO E OUTRO(S) - PR028611

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela SILVA E VERRI DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA. e de agravo em recurso especial apresentado pela FAZENDA NACIONAL contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 698):

TRIBUTÁRIO. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. SUBFATURAMENTO QUALIFICADO. PERDIMENTO. Esta Corte consolidou entendimento no sentido de que é necessário um subfaturamento 'qualificado' por outros meios de fraude, como, por exemplo, a falsidade material, para que haja motivo razoável à retenção (para posterior aplicação da pena de perdimento) de mercadorias internalizadas. No caso em análise, não se justifica o perdimento da mercadoria importada, diante das circunstâncias que apontam a existência isolada do subfaturamento, sem que se configure a falsidade ideológica para que se cogite do perdimento.

Embargos de declaração da autora foram acolhidos, sanando a omissão apontada, e os embargos de declaração da FAZENDA NACIONAL, rejeitados (e-STJ fl. 722).

Nas suas razões, SILVA E VERRI DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA. aponta violação dos arts. 20, § 3º e 4º, e 535 do CPC/1973 e sustenta que: (I) o Tribunal de origem não se manifestou sobre pontos essenciais à solução da controvérsia; (II) os honorários foram fixados em patamar irrisório.

Por outro lado, no especial obstaculizado, a FAZENDA NACIONAL aduz ofensa ao art. 535 do CPC/1973, aos arts. 542 e 689, VI, do Decreto n. 6.759/2009 e aos arts. 46 e 105, VI, do Decreto-Lei n. 37/1966 e argumenta que: (I) o Tribunal de origem não se manifestou sobre pontos essenciais à solução da controvérsia; (II) a prática de falsidade ideológica implica a imposição da pena de perdimento.

Contrarrazões às e-STJ fls. 780/782 e 784/797.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* em relação ao recurso especial de SILVA E VERRI DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA. (e-STJ fls. 800/802).

O apelo nobre da FAZENDA NACIONAL, por sua vez, recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de

que: (I) inexistiu ofensa ao art. 535 do CPC/1973 e (II) incidem as Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 804/807).

A FAZENDA NACIONAL alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade, bem como que o Tribunal *a quo* usurpou da competência do STJ. Ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Contraminuta às e-STJ fls. 827/834.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a decisão do Tribunal de origem de admissibilidade do recurso especial não vincula o Superior Tribunal de Justiça, o qual procederá a um novo juízo de admissibilidade, uma vez que é competência exclusiva desta Casa a análise definitiva de admissibilidade do recurso. Nesse sentido: AgRg no AREsp 570.216/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 05/04/2017.

Por outro lado, observa-se que não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, tanto nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, quanto nos moldes do art. 932, III, do CPC/2015 e do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ.

Confira-se o teor dos dispositivos citados:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014)

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014) 120 Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016)

Nesse sentido, *vide*: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

In casu, da análise dos autos, verifico que a inadmissão do especial da FAZENDA NACIONAL se deu com base nos seguintes fundamentos: (I) não há ofensa ao art. 535 do CPC/1973 e (II) incidem as Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 804/807).

Entretanto, a parte agravante não impugnou especificamente os fundamentos referentes aos óbices das Súmulas n. 7 e 83 do STJ..

Registro, por oportuno, que não se mostra suficiente a apresentação de razões genéricas sobre os óbices apontados na Juiz de prelibação realizado na origem, sendo exigível do agravante o efetivo ataque aos seus fundamentos.

Especificamente em relação à Súmula 7 do STJ, é de rigor que a impugnação venha acompanhada de uma mínima contextualização do caso concreto e da tese jurídica objeto do recurso especial, bem assim das razões pelas quais se entende ser possível o conhecimento da pretensão independentemente do reexame fático-probatório, o que não ocorreu no caso.

Ademais, inadmitido o recurso especial com base na Súmula n. 83 do STJ, caberia ao agravante apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao devido cotejo analítico, a fim de demonstrar que a orientação desta Corte não se firmou no sentido do acórdão recorrido, ou, ainda, a não subsunção do caso concreto à jurisprudência citada pela decisão de inadmissibilidade, o que não ocorreu na espécie.

Por outro lado, quanto ao apelo especial de SILVA E VERRI DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA., observa-se que, quanto ao apontado art. 535 do CPC/1973, forçoso convir que não há que se cogitar violação do referido dispositivo se todas as questões necessárias ao desate da controvérsia foram examinadas e decididas, ainda que em desacordo com o pleito da parte recorrente, como ocorreu *in casu*.

Ademais, o julgador não está adstrito à fundamentação adotada no recurso para dirimir a demanda, assim como não está obrigado a refutar expressamente todas as teses aventadas pela defesa, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais rejeitou a pretensão deduzida.

Nesse sentido, consulte-se o AgInt no REsp n. 1.223.128/RS, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 29/06/2016 e AgInt no REsp n. 1.554.431/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/09/2016.

Além disso, em relação aos honorários, esta Corte possui entendimento, sedimentado no julgamento do REsp 1.155.125/MG – realizado sob a sistemática dos recursos repetitivos – de que, vencida a Fazenda Pública, a verba honorária pode ser fixada em percentual, mas não está adstrita aos limites de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/1973, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.

A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. AÇÃO ORDINÁRIA. DECLARAÇÃO DO DIREITO À COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. CRITÉRIO DE EQUIDADE.

1. Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade.
2. Nas demandas de cunho declaratório, até por inexistir condenação pecuniária que possa servir de base de cálculo, os honorários devem ser fixados com referência no valor da causa ou em montante fixo.
3. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público e da Primeira Seção.
4. Tratando-se de ação ordinária promovida pelo contribuinte para obter a declaração judicial de seu direito à compensação tributária segundo os critérios definidos na sentença – não havendo condenação em valor certo, já que o procedimento deverá ser efetivado perante a autoridade administrativa e sob os seus cuidados –, devem ser fixados os honorários de acordo com a apreciação equitativa do juiz, não se impondo a adoção do valor da causa ou da condenação, seja porque a Fazenda Pública foi vencida, seja porque a demanda ostenta feição nitidamente declaratória.
5. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008. (REsp 1.155.125/MG, Relator Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06/04/2010). (Grifos acrescidos).

Note-se, ainda, que, em regra, na instância especial, não é viável a revisão do juízo de equidade que foi realizado pelo magistrado para fixar o valor da verba honorária, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/1973, porquanto esse mister, além de exigir o reexame do histórico processual, notadamente para mensurar o trabalho realizado pelo advogado, não guarda relação direta com a legalidade da decisão atacada, mas sim com a percepção do julgador, que é de cunho estritamente subjetivo.

Excepcionalmente, todavia, esta Corte Superior admite o apelo especial para reapreciar honorários advocatícios quando arbitrados de forma irrisória ou exorbitante, pois, nesses casos, a violação da aludida norma processual exsurge de maneira flagrante, a justificar a intervenção deste Sodalício como meio de preservar a aplicação da lei federal de regência.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. MILITAR

DAS FORÇAS ARMADAS, PORTADOR DE HIV. DIREITO À REFORMA EX OFFÍCIO POR INCAPACIDADE DEFINITIVA, COM A REMUNERAÇÃO DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DA DOENÇA. IRRELEVÂNCIA. HONORÁRIOS IRRISÓRIOS. MAJORAÇÃO QUE SE IMPÕE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO FUNDAMENTADA EM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA SOBRE O TEMA. ENTENDIMENTO DE AMBAS AS TURMAS QUE COMPÕEM A 1ª SEÇÃO. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

CABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

[...]

III - A Primeira Seção desta Corte, em precedente submetido ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil, firmou entendimento segundo o qual, vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou o da condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou, ainda, um valor fixo, segundo o critério de equidade (REsp 1155125/MG, 1ª S., Rel. Min. Castro Meira, DJe 06/04/2010).

IV - Em regra, a reavaliação do critério de apreciação equitativa adotada pelo Tribunal de origem para a fixação da verba honorária esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, ressalvadas apenas as hipóteses excepcionais de valor irrisório ou excessivo.

V - Na espécie, considerando a média complexidade da causa, o tempo de tramitação do processo (distribuição em 27.08.2010), o grau de zelo do profissional, o proveito econômico obtido, bem como a elevação da sucumbência da União em sede de recurso especial, conclui-se que os honorários advocatícios fixados em R\$2.000,00 (dois mil reais) mostram-se irrisórios, motivo pelo qual merecem ser majorados para R\$5.000,00 (cinco mil reais).

VI - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

[...]

IX - Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa. (AgInt no REsp 1.438.079/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 06/11/2017).

Extrai-se do julgado o seguinte trecho (e-STJ fls. 181/182):

De outro lado, considero que a apelação é provida no tocante à insurgência para majoração dos honorários advocatícios.

Embora a matéria versada nos autos não seja complexa e tenham sido praticados poucos atos processuais pela Defensoria Pública, o valor de R\$100,00 (cem reais) mostra-se irrisório para remunerar com dignidade o relevante trabalho social desempenhado pela instituição.

Assim, levando em conta os parâmetros do art. 20, §4º, do CPC, sugiro a majoração da verba honorária para R\$300,00 (trezentos reais), montante que, sem onerar excessivamente o município réu, retribuirá de maneira mais satisfatória o trabalho do causídico do autor.

ANTE O EXPOSTO, voto pelo conhecimento e parcial provimento da apelação interposta por Alexandre Gomes, apenas para aumentar o valor dos

honorários advocatícios de R\$100,00 (cem reais) para R\$300,00 (trezentos reais).

No caso, o Tribunal de origem reformou a sentença e, considerando o valor da causa (R\$ 134.343,57, em 07/08/2008, fl. 13 da inicial) e a complexidade da matéria, majorou o valor arbitrado a título de honorários para o patamar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) (e-STJ fl. 720).

Assim, na hipótese dos autos, a quantia arbitrada, a meu sentir, não se mostra desarrazoada, sendo o caso de se obstar o apelo nobre, em face da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial da FAZENDA NACIONAL e, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial de SILVA E VERRI DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA. e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator